

ROMPENDO COM A MASSIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS DE ENSINO – UM OLHAR ESPERANÇOSO PARA OS EDUCANDOS COM AUTISMO

VIRGÍNIA SILVA¹⁰⁵

ROSEANE CUNHA¹⁰⁶

ANA BÁRBARA DA SILVA NASCIMENTO¹⁰⁷

SÍLVIA ESTER ORRÚ¹⁰⁸

ANA LUIZA DE FRANÇA SÁ¹⁰⁹

RESUMO

O trabalho insere-se na modalidade reflexão teórica no Eixo Temático 1: A educação que emancipa ante as injustiças, desigualdades e vulnerabilidades. Apresenta a problemática da atuação docente numa escola de Brasília, Brasil, com estudantes portadores de autismo, com base na pedagogia de Paulo Freire (2013a, 2013b, 2014) e González Rey (2005, 2012). Os estudantes com autismo, assim como as pessoas com deficiência, estão no grupo de pessoas consideradas improdutivas dentro da organização da sociedade capitalista. Esse grupo de pessoas está vulnerável, nos sistemas educacionais, por estar vivenciando os efeitos iatrogênicos da medicina em seu cotidiano de aprendizagem, que vem imprimindo práticas docentes condicionantes, modeladoras de comportamento e massificadoras

105. Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Docente na Escola de Formação dos Profissionais da Educação. Pesquisadora dos processos de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e altas habilidades. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB). Contato: virginia_s@globocom.com.

106. Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Há 20 anos atuando nas séries iniciais do ensino fundamental e na educação especial. Mestranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Contato: roseane.p.cunha@bol.com.br.

107. Graduada em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB). Professora de Filosofia do ensino fundamental e do ensino médio. Investigadora e entusiasta do projeto de filosofia para crianças. Contato: absn1307@gmail.com.

108. Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora e autora de artigos científicos, capítulos e livros na área da educação inclusiva e formação de professores. Contato: seorru@unb.br.

109. Professora do Instituto Federal de Brasília. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB) na linha de pesquisa escola, aprendizagem, trabalho pedagógico e subjetividade na educação. Contato: analuisasaalvarenga@gmail.com.

nos contextos escolares, o que tem deixado esses estudantes à margem de uma emancipação na participação desse processo. O professor, imerso na sociedade medicalizada, vem contribuindo para a posição vulnerável desses estudantes por intermédio de práticas pedagógicas não reflexivas e colaboradoras da opressão a que esses estudantes são submetidos socialmente em função de um rótulo diagnóstico. A discussão caminha no sentido da compreensão de que o professor faz parte dessa realidade que torna o educando vulnerável e precisa, ao refletir e agir sobre sua ação, estabelecer uma práxis que rompa com práticas pedagógicas opressoras e massificadoras.

PALAVRAS-CHAVE

Autismo, vulnerabilidade, sujeito que aprende, práxis, emancipação.

ABSTRACT

This paper presents the problem of teaching practice in a school of Brasília, Brazil, with students with autism based on the pedagogy of Paulo Freire (2013a, 2013b, 2014) and González Rey (2005, 2012). The objective is to discuss the teacher's actions emphasizing the importance of building a pedagogical praxis directed to the participation of students with autism in their learning and development processes in school contexts. These students, as well as people with disabilities, are in the group of people considered unproductive in the organization of the capitalist society. They have been historically placed in the position of those who cannot learn and do not develop in the school context. They are considered, in many occasions, subjects unable to learn and to develop in this context due to the characteristics of autism. They are vulnerable in educational systems for they are experiencing the iatrogenic effects of medicine in their daily learning that has been practicing decontextualized and massified teaching methods in school contexts. This causes these students to be on the sidelines of an emancipation in participating in this process. The teacher, immersed in a medicalized society, has contributed to the vulnerable position of these students through non-reflective pedagogical practices and practices that collaborate to oppression to which these students are subjected socially due to a diagnostic label. The discussion is towards the understanding that the teacher is part of this reality that makes the student vulnerable, and he/she needs, when reflecting and acting, to establish a praxis that breaks with oppressive and massified pedagogical practices. The questioning allows us to highlight the real possibility of a dialogic pedagogical praxis that transforms the reality from the teacher's commitment to a conscious and intentional action contributing to the possibilities of promoting the subject who learns. The student is not defined from capabilities and cognitive systems involved in learning situations, but from

their subjective configurations that explain the mobilization and development of own resources in these situations (GONZÁLEZ REY, 2012).

KEYWORDS

Autism, vulnerability, subject who learns, praxis, emancipation.

Os educandos com autismo foram, historicamente, colocados na posição dos que não aprendem e não se desenvolvem no contexto escolar. São concebidos, em muitas ocasiões, como sujeitos incapazes de aprender e de se desenvolverem nesse contexto em função das características do quadro de autismo. Nessa condição, permanecem a mercê dos sistemas educacionais, vulneráveis entre as intervenções educativas e os anseios familiares que buscam uma educação promotora de situações de aprendizagem que lhes tragam autonomia.

Torna-se necessária a discussão, numa escola de Brasília, Brasil, acerca da necessidade do resgate de uma prática pedagógica reflexiva com esses educandos na busca de uma práxis que transforme a realidade e rompa com práticas de ensino opressoras e condicionantes nos contextos escolares. De modo a trazer esse sujeito social para o protagonismo do seu processo de aprendizagem contrapondo-se à visão cristalizada de que o sujeito seja determinado pelo fator biológico e necessita da sociedade apenas para efeitos de assistência e sobrevivência.

O trabalho tem como objetivo problematizar a ação dos professores de uma escola de Brasília destacando a importância da construção de uma práxis pedagógica direcionada à participação dos estudantes com autismo em seu processo de aprendizagem e desenvolvimento nos contextos escolares. Para essa problematização, utilizamos a revisão de literatura fazendo um diálogo com Paulo Freire (2013a, 2013b, 2014) e González Rey (2005, 2012). A revisão nos permite destacar a possibilidade concreta de uma práxis pedagógica dialógica, que transforma a realidade com base no compromisso do professor com uma ação consciente e intencional, colaborando para as possibilidades da promoção do sujeito que aprende.

Os educandos com autismo, bem como os que têm diagnóstico de deficiência, foram colocados no grupo de indivíduos que necessitam ser assistidos pela sociedade para definir seu modo de ser e estar no mundo. No campo educacional, o processo de medicalização da sociedade provocou, como efeito iatrogênico¹¹⁰, o distanciamento dos educandos da percepção acerca da realidade educativa na qual vive, de seu processo de aprendizagem e da promoção de tomadas de decisão próprias em relação a esse processo.

Nesse contexto, a escola vem transformando suas dificuldades de ensinar em problemas de ordem médica. Responsabilizando a constituição e condição física e psicológica dos educandos pela não aprendizagem ou não desenvolvimento e, ainda, entregando à medicina a responsabilidade em resolver os déficits que o quadro sintomático imprime, de modo diferenciado, nos educandos. Isso dificulta o exercício das práticas de ensino por parte dos professores em função da crença predominante nas características diagnósticas do autismo, o que os levam a encaminhar o educando para os atendimentos.

Essa organização compõe o cenário social, constituído historicamente, voltado às pessoas com deficiência e ao indivíduo com o diagnóstico de autismo. Concretiza

110. Illich (1975) define o termo iatrogênese para qualificar uma nova doença ocasionada pelas ações da medicina “[...] uma doença iatrogênica é a que não existiria se o tratamento aplicado não fosse o que as regras da profissão recomendam” (p. 32). Ele trabalha diferenciando os efeitos iatrogênicos do ato médico em clínico, estrutural e social. A iatrogênese social, segundo ele, “[...] é o efeito social não desejado e danoso do impacto social da medicina, mais do que o de sua ação técnica direta” (idem, p. 43).

uma organização social opressora que mobiliza estratégias sociais para manterem inalteradas as posições de oprimidos e opressores na sociedade. Dentro do grupo dos oprimidos estão as pessoas com deficiência, vulneráveis e à mercê da ação do outro nos espaços em que vivem. Os educandos classificados como os que não aprendem, são assim classificados por estarem fora do padrão de constituição física e psicológica instituídos na sociedade. “Toda separação entre os que sabem e os que não sabem, do mesmo modo que a separação entre as elites e o povo, é apenas fruto de circunstâncias históricas que podem e devem ser transformadoras” (FREIRE, 2013a, p. 20).

Nesse contexto, fortalece-se a crença de que, esses educandos, colocados no grupo dos que não aprendem, precisam do serviço da medicina para estarem aptos a frequentarem as escolas. A medicina e sua prática clínica passa a ser responsável pelo cuidado dos que não estão dentro dos padrões das sociedades. Atendendo ao movimento dos pressupostos dominantes da sociedade, que mantêm, cada um no seu lugar, dentro da dinâmica produtiva dos sistemas sociais. Desse modo, essa organização familiariza-se de tal modo na vida dos oprimidos que facilita a dominação do opressor. Essa organização dominante serve à “[...] práticas ‘bancárias’ da educação, a que juntam toda uma ação social de caráter paternalista, em que os oprimidos recebem o nome simpático de ‘assistidos’” (FREIRE, 2013b, p. 84).

Os educandos com autismo são singulares tanto dentro da organização social na qual vivem quanto no contexto escolar em que são matriculados. A sociedade, pela lógica médica de cuidado, permite que estejam matriculados, sendo assistidos no processo educativo por práticas descontextualizadas, que não objetivam sua participação real no próprio processo de produção de conhecimento. Alheios à participação e às decisões realizadas sobre sua vida, seguem vulneráveis entre o desejo familiar por uma educação promotora de autonomia e a sociedade que cuida de sua existência no mundo: “[...] marginalizados, ‘seres fora de’ ou ‘à margem de’, a solução para eles estaria em que fossem ‘integrados’, ‘incorporados’ à sociedade sadia de onde um dia ‘partiram’, renunciando, como trãnsfugas, a uma vida feliz (FREIRE, 2013b, p.84).

A atuação docente, nesse contexto, precisa diferenciar-se, fazendo a práxis voltada a emancipação do sujeito que aprende e, nessa condição, mobilizar recursos próprios para avançar no decurso de sua produção de aprendizagens. “O sujeito que aprende define-se não pelas capacidades e processos cognitivos envolvidos no processo de aprender, mas pelas configurações subjetivas¹¹¹ que explicam o desenvolvimento dos recursos do aluno nesse processo” (GONZÁLEZ REY, 2012, p. 36). Algumas atuações reforçam e reproduzem a situação de vulnerabilidade desses educandos, colaborando para a sua posição social entre os oprimidos. A práxis docente lhes permite um trabalho colaborador de aprendizagens, possibilitando aos educandos, na condição vulnerável de oprimido, caminhar rumo à percepção de sua condição na sociedade, refletir sobre ela e possibilitar uma mobilização para um percurso emancipatório de aprendizagem.

111. Denomina-se configuração subjetiva as formações psicológicas complexas caracterizadoras das formas estáveis de organização individual dos sentidos subjetivos, que são a unidade inseparável dos processos simbólicos e as emoções num mesmo sistema, na qual a presença de um desses elementos evoca o outro sem que seja absorvido pelo outro (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 20-21).

A escola precisa ser um espaço de libertação no sentido de trabalhar com base numa práxis que promova, para o educando e para o professor, uma relação simultânea de diálogo e aprendizagem. O diálogo, parte essencial das relações sociais no contexto escolar e centro do processo de produção do conhecimento e de aprendizagens, permite o exercício da autonomia e de uma organização criativa e pessoal ante os conhecimentos e ante o outro, na convivência escolar.

A centralidade do diálogo no trabalho pedagógico é algo que exige o posicionamento docente consistente e diferente ante as possibilidades de aprendizagem dos educandos. Defendemos um compromisso e uma posição problematizadora diante da opressão e classificação massificadora imposta pelo diagnóstico de autismo nas práticas pedagógicas de ensino. Pois “não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura” (FREIRE, 2014, p. 100). É urgente a necessidade de contrapor práticas que reconhecem o educando e suas singularidades à prática que os concebe como um receptáculo daquilo que o professor ensina e um organismo que responde aos estímulos do ambiente. Fato que reflete uma concepção positivista, determinista e biológica de homem e da educação denominada bancária, em que o conhecimento é uma virtude de alguns possuidores, entregues aos que não sabem nada. O diálogo necessário à mudança “[...] é o encontro no qual a reflexão e a ação, inseparáveis daqueles que dialogam, orientam-se para o mundo que é preciso transformar e humanizar, esse diálogo não pode reduzir-se a depositar ideias em outros” (FREIRE, 1980, p. 83).

O professor, sabendo-se ser constituído histórica, social e subjetivamente nos contextos em que estabelece relações com os outros, disponibilizando-se ao diálogo, disponibiliza-se, também, ao mundo e aos outros e dá origem, com esse posicionamento, à dialogicidade, que permite a curiosidade e a inquietação do movimento constante do ser que se sabe inconcluso e que se constitui simultaneamente em sua relação com a realidade.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

_____. *Educação como prática da liberdade*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013a.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 45ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013b.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 48ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GONZÁLEZ REY, F. *Pesquisa qualitativa e subjetividade*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

_____. “A configuração subjetiva dos processos psíquicos: avançando na compreensão da aprendizagem como produção subjetiva”. In: MARTINEZ, A. M. M.; SCOZ, B. J. L.; CASTANHO, M. I. S. *Ensino e aprendizagem: a subjetividade em foco*. Brasília: Líber Livros, 2012, p. 21-41.

ILLICH, I. *A expropriação da saúde: nêmesis da medicina*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.